UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

JONAS VITOR DE ARAÚJO SILVA

ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES A ESTUDANTES DE ENFERMAGEM: revisão integrativa

JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ
2024

JONAS VITOR DE ARAÚJO SILVA

ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES A ESTUDANTES DE ENFERMAGEM: revisão integrativa

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Ms. Gení Oliveira Lopes

JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ

2024

JONAS VITOR DE ARAÚJO SILVA

ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES A ESTUDANTES DE ENFERMAGEM: revisão integrativa

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Ms. Gení Oliveira Lopes

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ms. Gení Oliveira Lopes

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio

Orientadora

Prof. Esp. José Diogo Barros

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio

1º Examinador

Profa. Dra. Maryldes Lucena Bezerra de Oliveira

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio

2º examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e a minha namorada, no qual não mediram esforços para que o meu sonho fosse realizado. Sempre estiveram ao meu lado, me fortalecendo e dando todo apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora do Carmo, pela minha vida, por ter me dado força, saúde e determinação para a construção desse trabalho, assim como para conclusão do curso.

A minha companheira Angélica Giliane, que desde o começo sonhou e batalhou comigo.

Meus familiares por todo apoio, incentivo e compreensão de que sempre precisamos estar evoluindo para que sejamos pessoas melhores.

Meus colegas de jornada Rayanne, Nacélio, Paulo e Pâmela, no qual através da parceria me auxiliaram a buscar novos conhecimentos para o fortalecimento profissional.

A Unileão e a todos professores do curso de enfermagem pela qualidade de ensino, uma vez que durante todo esse trajeto me ajudaram a superar os desafios e a obter o conhecimento da melhor forma possível.

Por fim e não menos importante, a professora Geni Oliveira, por todo apoio na orientação desse trabalho, pelas dicas valiosas da banca avaliadora, composta pelo professor Diogo Barros e a professora Maryldes Lucena.

RESUMO

Segundo o Ministério da Saúde (MS), as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são métodos terapêuticos que tem a finalidade de prevenir doenças e contribuir na promoção da saúde, com destaque na escuta humanizada, direcionada à integralidade do indivíduo, na busca de estimular os mecanismos naturais de prevenção e na inclusão do ser humano ao meio ambiente e a comunidade. Nessa perspectiva, os enfermeiros têm se destacado na implantação e utilização das PICS, uma vez que os princípios que permeiam a sua formação profissional são holísticos e baseados na integralidade do cuidado. Entretanto, as discussões acerca das PICS no curso de enfermagem ocorrem de forma primária, estando, geralmente, relacionadas às atividades formativas complementares, como palestras, cursos e disciplinas optativas. Portanto, é estritamente essencial no decorrer da graduação, a abordagem sobre as PICS e suas possibilidades de atuação. O estudo tem como objetivo descrever quais benefícios formativos o ensino das práticas integrativas e complementares geram aos estudantes de enfermagem. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio da coleta de dados nas bases eletrônicas: MedLine, Pubmed, BVS e Lilacs. Os descritores usados foram: “estudantes de enfermagem”, “práticas integrativas e complementares”, “ensino”, com operador booleano AND. A busca resultou em 1.186 artigos, dos quais apenas 14 responderam aos critérios estabelecidos na pesquisa: texto completo, idioma em português, nos últimos 6 anos. Os resultados comprovaram que o ensino das PICS durante a graduação em enfermagem, proporciona aos estudantes um novo olhar em saúde, como também se torna uma chave para abrir as portas de novas oportunidades para sua profissão. Entretanto, estudos sobre tais práticas na enfermagem, constataram que poucas instituições brasileiras de ensino superior ofertam disciplinas relacionadas a elas, e as que oferecem são no formato de disciplina optativa. Portanto, para o enfermeiro ser um profissional ainda mais completo e preparado a fim de atuar nos diversos ramos da saúde, é necessário que em sua graduação seja incorporado de forma ampla, conteúdos relacionados às PICS.

Palavras-chave: Práticas integrativas e complementares. Ensino. Enfermagem.

ABSTRACT

According to the Ministry of Health (MS), Integrative and Complementary Health Practices (PICS) are therapeutic methods that aim to prevent diseases and contribute to the promotion of health, with emphasis on humanized listening, aimed at the completeness of the individual, in the search to stimulate natural prevention mechanisms and the inclusion of human beings in the environment and the community. From this perspective, nurses have stood out in the implementation and use of PICS, since the principles that permeate their professional training are holistic and based on comprehensive care. However, discussions about PICS in the nursing course occur primarily, and are generally related to complementary training activities, such as lectures, courses and optional subjects. Therefore, it is strictly essential during graduation to approach PICS and their possibilities for action. The study aims to describe what training benefits the teaching of Integrative and Complementary Practices generates in nursing students. This is an Integrative Literature Review with a qualitative approach, developed through data collection in electronic databases: MedLine, Pubmed, VHL and Lilacs. The descriptors used were: “nursing students”, “integrative and complementary practices”, “teaching”, with Boolean operator AND. The search resulted in 1,186 articles, of which only 14 responded to the criteria established in the search: full text, language in Portuguese, in the last 6 years. The results proved that teaching PICS during undergraduate nursing provides students with a new perspective on health, but also becomes a key to opening the doors of new opportunities for their profession. However, studies on such practices in nursing found that few Brazilian higher education institutions offer subjects related to them, and those that do offer are in the format of optional subjects. Therefore, for the nurse to be an even more complete and prepared professional to work in the different areas of health, it is necessary that content related to PICS be broadly incorporated into their graduation.

Keywords: Integrative and complementary practices. Teaching. Nursing.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AB	Atenção Básica
BDENF	Base de Dados em Enfermagem
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
COREN	Conselho Regional de Enfermagem
DAB	Departamento de Atenção Básica
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
eSF	Equipes de Saúde da Família
ESF	Estratégia Saúde da Família
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
LILACS	Literatura latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MCA	Medicina Complementar Alternativa
MIDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval Sytem Online
MS	Ministério da Saúde
MT	Medicina Tradicional
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
Nasf-AB	Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica
OMS	Organização Mundial de Saúde
PICS	Práticas Integrativas e Complementares
PMAQ-AB	Programa Nacional de Melhoria do Acesso e de Qualidade na Atenção Básica
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 OBJETIVOS 8
2.1 OBJETIVO GERAL 8
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 8
3 REFERENCIAL TEÓRICO 9
3.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO HISTÓRICA...9
3.2 PICS INTEGRADAS AO CUIDAR DO ENFERMEIRO 11
3.3 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS 14
3.4 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO BÁSICA.16
4 METODOLOGIA.....20
4.1 TIPO DE ESTUDO 20
4.2 FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA 21
4.3 LOCAL DE ESTUDO.....21
4.4 PERÍODO DE ESTUDO.....21
4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO 22
4.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....23
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 24
5.1 CATEGORIA TEMÁTICA 1: VANTAGENS DO ENSINO DAS PICS NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM 32
5.2 CATEGORIA TEMÁTICA 2: FATORES QUE DIFICULTAM O ENSINO DAS PICS DURANTE A FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO 36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....40
REFERÊNCIAS 41
APÊNDICES.....47

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde (MS), as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são métodos terapêuticos que tem a finalidade de prevenir doenças e contribuir na promoção da saúde, com destaque na escuta humanizada, direcionada à integralidade do indivíduo, na busca de estimular os mecanismos naturais de prevenção e na inclusão do ser humano ao meio ambiente e a comunidade (BRASIL, 2020).

Em 1970, com reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS), as PICS passaram a ser legitimadas como um recurso terapêutico, consoante a isto, foram incentivadas internacionalmente (Ferreira et al., 2020). Por meio da Portaria GM/ MS Nº 971, de 3 de maio de 2006, dispondo de 5 modalidades terapêuticas, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (BRASIL, 2006).

Posteriormente, em 2017, a PNPIC passou a englobar 14 novas terapias, a partir da publicação da Portaria GM/MS nº 849/2017. Em 2018, por meio da Portaria nº 702, mais dez práticas disponibilizadas pelo SUS foram incluídas, tais como a aromoterapia, cromoterapia, ozonioterapia entre outras, totalizando 29. Com a extensão desse de método de assistência, as perspectivas de cuidado aos usuários foram ampliadas, permitindo assim, novas possibilidades terapêuticas (BRASIL, 2018).

Em 2024, através da resolução 739/24, o COFEN normatiza a atuação da enfermagem nas PICS. Dessa forma, fica expresso que o enfermeiro pode atuar em todas as PICS descritas na PNPIC desde que devidamente capacitado. Entretanto, para operar com a ayurveda, acupuntura, biodança, antroposofia aplicada à saúde, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, fitoterapia, termalismo/crenoterapia, ozonioterapia e yoga, é necessário que o profissional se qualifique em cursos de especialidade ou pós-graduação (COFEN, 2024).

O crescimento das PICS no Brasil, deve-se aos benefícios que estas terapias geram, uma vez que são meios terapêuticos simples, o indivíduo é visto como centro do cuidado, são de baixo custo, menos dependentes de tecnologia científica dura, dispõem de excelentes resultados nas situações comuns de adoecimento, busca pela autonomia do usuário e tem foco central na saúde e não na doença (SOARES, 2020).

Nessa perspectiva, os enfermeiros têm se destacado na implantação e utilização das PICS, visto que os princípios que permeiam a sua formação profissional são holísticos e baseados na integralidade do cuidado. Estes profissionais devidamente capacitados, possuem

respaldo legal para executarem esses serviços tanto no ambiente público quanto no privado (AZEVEDO et al., 2019).

Para Azevedo et al., (2019), com o surgimento das PICS, novas oportunidades começaram a surgir para a enfermagem, além do reconhecimento profissional, emergiu para o enfermeiro, outras de possibilidades cuidar por meio de ações terapêuticas compromissadas com a qualidade de vida da população, no qual é levado em consideração a complexidade biopsicossocial do indivíduo que recebe o cuidado.

Entretanto, apesar do amparo legal pelo conselho superior, discussões acerca das PICS no curso de enfermagem ocorrem de forma primária, estando, geralmente, relacionadas às atividades formativas complementares, como palestras, cursos e disciplinas optativas (COFEN 2018). Todavia, Calado et al., (2019) refere que a inserção de conteúdos voltados para as PICS na grade curricular de enfermagem torna-se essencial diante da visão holística e de integralização requerida ao profissional.

Vale ressaltar que no Brasil, a formação nessa área ainda está muito distante dos interesses dos estudantes, podendo ser em função de investimentos insuficientes, como também pela limitada divulgação quanto à PNPIC e Complementares durante a graduação. Os empecilhos que ocorrem no ensino dessa classe, dificulta à assistência a população e foge da proposta do sistema de saúde público brasileiro, principalmente no que se refere à integralidade em saúde (MATTIA et al., 2018).

Em um estudo realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em 2018, através de oficinas de discussões relacionadas às PICS, notou-se que a formação acadêmica é somente um meio de propagação de conhecimentos, visto que há uma lacuna na formação dos graduandos em relação à PNPIC, e que essa omissão se amplia aos profissionais de saúde. Consoante a isto, é necessário que um maior número de instituições no Brasil divulgue e propague essa política (ASSIS et al., 2018).

Portanto, é estritamente essencial no decorrer da graduação, a abordagem sobre as PICS e suas possibilidades de atuação. Deste modo, os estudantes serão encorajados a descobrirem novos conhecimentos sobre esta temática, possibilitando mais pesquisas, como também quando profissionais, prestarem uma assistência de qualidade visando integralidade do cuidar em saúde, consolidado com os princípios que regem SUS (CALADO et al., 2019).

Posto isto, tem-se como questão norteadora da pesquisa: quais benefícios o ensino das práticas integrativas e complementares geram a estudantes de enfermagem?

A realização deste estudo tem como justificativa, incentivar os estundantes, assim como os profissionais de enfermagem, aprofundarem-se no assunto, a fim de que novos estudos sejam

desenvolvidos, de forma que possibilite a valorização dessa temática, além de estimular as instituições de ensino a agregar com mais vigor, as PICS nas atividades regulares, pois compreender os benefícios das medicinas tradicionais na assistência de enfermagem, pode influenciar uma abordagem em saúde numa concepção diferente dos modelos atuais de cuidado, porém com efetividade semelhante.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Descrever os benefícios formativos das práticas integrativas e complementares na graduação em enfermagem.

2.2 OBEJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender como o ensino das PICS pode influenciar no desenvolvimento profissional do estudante e no cuidar holístico do paciente.
- Identificar os fatores que dificultam a implementação das PICS na formação do enfermeiro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EVOLUÇÃO DO ENSINO EM ENFERMAGEM: UMA REVISÃO HISTÓRICA

O ensino em enfermagem espelha o caminho trilhado por diversos marcos históricos de uma profissão que busca abranger diferentes formas de argumentações para o desenvolvimento das práticas clínicas, sociais e antropológicas, ainda traçadas em uma visão biologista, hospitalocêntrica e reducionista do saber. Superar o modelo tradicional de ensino necessita de estratégias contemporâneas na formação do enfermeiro, a fim de fortalecer ainda mais a enfermagem de modo científico (XIMENES et al., 2019).

No que diz respeito ao processo formativo, compreendem-se modificações históricas na estruturação da profissão com o objetivo de buscar o reconhecimento. O modelo de formação tem raízes na feminização, predominância funcionalista e hierárquica, no qual a enfermagem ocupava uma posição de submissão. O desenvolvimento alinhado à ciência da enfermagem reivindica conhecimento científico, teórico e prático como elementos curriculares primordiais para a formação e valorização do enfermeiro (XIMENES et al., 2019).

No Brasil, o modelo de instrução teve como referência a enfermagem americana, haja vista que no começo do século XX, abrangia um formato escasso em conteúdo teórico e que tinha foco à repetição de tarefas, sem o esperado entendimento dos fenômenos. Esse panorama fez com que fosse estabelecido o Standart Curriculum for Nursing School (currículo padrão para escolas de enfermagem), fundamentado em uma instrução teórica. O Standart Curriculum for Nursing School, indicado pela primeira vez em 1917, foi retificado em 1927 e em 1937, visto que, nessa última revisão, foi destacado o ensino clínico como indispensável (DELL 2002).

O processo de ensino no país passou por várias fases de desenvolvimento ao longo dos anos, tendo como reflexo de cada mudança o contexto histórico da enfermagem e da sociedade brasileira. Consequentemente, o perfil dos enfermeiros passou a apresentar consideráveis mudanças em decorrência das transformações no quadro político-econômico-social da educação e da saúde no Brasil e no mundo (ITO et al., 2006).

Essas transformações ocorreram de acordo com as exigências encontradas em cada época. As mudanças em nossa sociedade e nas políticas de saúde foram fatores primordiais para a reconstrução de um método eficiente e moderno para formação de profissionais engajados à realidade (ITO et al., 2006).

Com a criação da escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1923, o Brasil teve início ao ensino da enfermagem moderna, hoje essa instituição se chama Escola de Enfermagem Anna Nery na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual a formação oferecida baseia-se em fundamentos científicos, princípios técnicos, educacionais e éticos, preservando a ideia de que o cuidado ao próximo requer empenho e preparo, com a finalidade de diminuir o sofrimento e impulsionar qualidade de vida da população. Em 1931, a instituição foi eleita pelo ministério da educação como escola padrão no ensino de enfermagem, de forma que os outros estabelecimentos de formação no país deveriam assemelhar-se a ela, no sentido de padronização da estrutura curricular (PADILHA et al., 2020).

Vale ressaltar que Florence Nightingale teve grande influência na era da enfermagem moderna. Como voluntária, em 1854 participou da guerra da Criméia, com o auxílio de 38 mulheres estruturou um local para prestar assistência aos feridos e com suas práticas conseguiu diminuir a mortalidade local em mais de 80%, como gratificação recebeu um prêmio do governo inglês e fundou a primeira escola de enfermagem no hospital St. Thomas em Londres, 1860 (PADILHA et al., 2020).

Acerca da enfermagem como profissão, as ideias de Florence Nightingale iam de encontro com a ideologia da era vitoriana, equivalente à prática da enfermagem. Desse modo, a escola de Florence principiou seu funcionamento tendo como base: a qualificação de enfermeiras para o serviço hospitalar, para visitas domiciliárias a doentes pobres e o preparo de profissionais para o ensino de enfermagem, com o passar dos anos os ensinamentos ficaram mais exigentes e baseados em evidências (FERNANDES; SOUZA, 2017).

Em 1996, é aprovada a Lei n° 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta abre espaços para a superação do currículo mínimo e da grade curricular, como também para flexibilização dos currículos de graduação, proporciona independência às instituições de ensino superior no quesito didático-científico, possibilitando a criação de cursos, estabilização de currículos dos seus cursos e programas, assim como o apadrinhamento de diretrizes curriculares específicas para cada curso (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1996).

Criada em 2001, a Diretriz Curricular Nacional (DCN) para o curso de graduação em enfermagem determina os objetivos de formação por meio de competências e habilidades que devem ser seguidas nas instituições de ensino superior. A diretriz apresenta que a formação do enfermeiro deve dedicar-se às necessidades sociais de saúde, com destaque no Sistema Único

de Saúde, e garantir a integralidade da atenção, revigorar a qualidade e humanização do atendimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Assim, considerando que a enfermagem é a profissão do cuidado, uma ciência e prática social, o enfermeiro deve adquirir conhecimentos, sendo aquele que percebe a evidência em estudos como algo indispensável e a utiliza no cotidiano para intervir, distanciando-se, dessa maneira, de uma prática artesanal, repetitiva e mecanizada (FERNANDES; SOUZA, 2017).

3.2 PICS INTEGRADAS AO CUIDAR DO ENFERMEIRO

No mundo inteiro a profissão enfermagem é extraordinariamente importante e essencial nos sistemas de saúde, em todos os níveis de atenção e em todo processo de vida do ser humano. Por planejarem continuadamente condutas que objetivam o desenvolvimento da promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, estes profissionais dispõem de influência direta e indireta nos níveis de saúde da população (LOAN et al., 2018).

Enquanto líder de uma equipe de enfermagem e/ou saúde, o enfermeiro porta determinadas propriedades que colaboram para a resolução de contrariedades mais complexas e, associadamente a sua equipe, elabora alternativas para as dificuldades notadas, fortalecendo o seu papel de coordenador que se espera, subdividindo, encorajando, designando e estabelecendo as tarefas a serem efetuadas por si e por toda a equipe (ASSIS et al., 2018).

O que fornece confiança e segurança para o enfermeiro na ação de diversas situações que emergem de sua prática profissional são as inúmeras atividades realizadas, serem baseadas em evidências científicas, no qual promovem uma assistência de enfermagem segura e de qualidade aos pacientes. Diante disso, é natural estes profissionais estarem constantemente em busca para conhecer, reconhecer e refletir acerca das atribuições que transpassam o ser enfermeiro, e praticá-las sempre quando necessário em suas ações para que possam desempenhar o cuidado com qualidade (FERNANDES et al., 2018).

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), esta é a ciência e a profissão que produz e pratica o cuidado de maneira organizada e sistematizada, compreendendo aspectos prestigiados da natureza humana, técnicas e científicas. Os profissionais que a integram pesquisam, estabelecem e realizam processos necessários à recuperação, reabilitação e promoção da saúde, além da prevenção de agravos aos seres humanos, no qual necessitam ser conhecidos e cuidados de forma universal (COFEN, 2018).

Atualmente, a formação em enfermagem é estruturada e desenvolvida a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996, e, especialmente, das diretrizes

curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem de 2001. Esta última caracteriza as competências e habilidades específicas dos enfermeiros a fim de fortalecer, nos discentes, e preparar profissionais competentes de promover ações seguras, críticas, centradas e de atributos na concepção da prevenção de doenças e agravos, promoção, proteção e reabilitação da saúde (ALVES et al., 2019).

Também determinam as DCNs, que a formação dos profissionais de enfermagem tem por finalidade atribui-los dos conhecimentos exigidos para a atuação da atenção à saúde, liderança, tomada de decisões, interlocução e educação permanecente. Além disso, é importante destacar que esse egresso precisa ter habilidades desenvolvidas para operar e modificar o quadro precário de saúde da população brasileira, posicionando-se de forma crítica frente ao contexto sociopolítico-econômico do país (MARTINS et al., 2020).

As vigentes DCNs operam, entre outras particularidades, a amplificação de competências e habilidades nos profissionais de saúde. O termo competência está associado ao saber fazer com qualidade. Foi previamente empregada pelo mundo do trabalho, por intermédio da formação e inovação profissional e subsequentemente vem sendo empregada com repetição na educação. O funcionamento absoluto de um ofício determina a elaboração de competências que se dá, principalmente, pela relação do aprendiz com o seu novo ambiente ou futuro de trabalho, verificando gradativa aptidão e aperfeiçoando a sua atuação. A competência facilita em praticar e desenvolver, coincidentemente, conhecimentos, capacidade e disposições para a obtenção de resultados estipulados (MARTINS et al., 2020).

Nesse sentido, as DCNs na enfermagem, recomendam uma formação generalista, pois propiciam substituir o modelo biomédico, especialista, desmembrado e hierarquizado muito atuante no Brasil, e regulamentam a formação profissional para a futura atuação (MARTINS et al., 2020). Instituída em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), também procura ultrapassar esse modelo biomédico, no qual não responde de fato as exigências de saúde, uma que vez o principal foco é a doença, a fragmentação do cuidado e o corporativismo. As PICS se contradizem a este paradigma a partir do momento que possibilita uma perspectiva fundamentada na qualidade de vida e no autocuidado humano de forma holística (MARTINS, 2021).

No que se refere à saúde e o viver humano, as PICS desempenham uma importante função, visto que elas atuam em mecanismos de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, reabilitação e atendendo o ser humano de forma integral. Estes fundamentos estão fielmente comprovados nas políticas públicas de saúde nacionais e internacionais (GLASS; LIMA; NASCIMENTO, 2021).

Esses pressupostos estão de acordo com os princípios da ciência da enfermagem e por essa ocasião é que os enfermeiros são profissionais de destaque na execução, operação e propagação das PICS como recurso terapêutico, quando equiparado aos demais profissionais de saúde. No entanto, é pequeno o contingente de enfermeiros que atuam com as PICS, visto que elas são consideradas uma especialidade para o profissional de enfermagem, e quase não são ensinadas aos enfermeiros em seu processo de formação (AZEVEDO et al., 2019).

Dessa maneira, o profissional de enfermagem por estar mais próximo do paciente, oferecendo um cuidado holístico, em que a assistência necessita ser voltada não apenas para a queixa principal, mas também sua inter-relação com o meio natural e assistido por completo, deve dispor de um caráter multiprofissional e com habilidades com o uso das PICS em saúde (AZEVEDO et al., 2019).

Levando em consideração a importância de aumentar a oferta das PICS nos serviços de saúde, uns dos principais planos de ações desempenhadas no campo da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPICS) foram às estratégias de formação profissional. Entre 2014 a 2016 cerca de 17.500 profissionais de saúde deram início ao processo de formação, mais de 6.500 finalizaram e 11.000 estão em curso. Os enfermeiros estão entre os profissionais que mais se capacitam e utilizam às práticas integrativas e complementares, sua atuação está respaldada nas portarias 849/2017 e 702/2018, que aumentam o escopo de práticas (VALLIM, 2019).

Por intermédio de resolução 197/1997 do COFEN, órgão que determina o exercício profissional de enfermagem no Brasil, o enfermeiro no ambiente das profissões da área da saúde, foi o primeiro profissional a patentear as PICS como especialidade. Isso propiciou a disseminação, ainda que principiante, de disciplinas nos cursos de graduação e entre outras categorias de qualificação do enfermeiro, para responsabilizar-se com essa nova demanda nos serviços de saúde (SOUSA et al., 2021).

Mediante a resolução COFEN 518/2018, foi estabelecido 12 das 29 PICS como especialidade/qualificação do enfermeiro, sendo elas: fitoterapia, homeopatia, ortomolecular, terapia floral, reflexologia podal, reiki, yoga, toque terapêutico, musicoterapia, cromoterapia, hipnose e acupuntura. Nesta mesma resolução, o COFEN enfatiza que para operarem com as PICS citadas acima, o enfermeiro precisa possuir curso de formação a nível de especialização e deve estar registrado no COREN em que o profissional estiver condicionado (COFEN, 2018).

Diante disso, tanto o estudante quanto o profissional de enfermagem devem atuar de maneira resistente, pesquisando diferentes modalidades terapêuticas para o desempenho de sua função, além de colocar em prática possibilidades de atenção ao cliente, para que o mesmo

trabalhe sua autonomia e cidadania. Dessa forma, a gestão terapêutica será facilitada, transformando-se menos sacrificante ao paciente a aceitação do tratamento (Soares et al., 2019).

3.3 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMETARES NO SUS

O SUS adotado no Brasil é o meio que fornece a população um acesso de maneira universal e integral, seu objetivo é oferecer ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde (FREITAS et al., 2021).

Com a importante participação político-social, as conferências de saúde executaram um papel significativo na discussão e constituição do SUS. A VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, teve como grande influência na abertura dos caminhos para o estabelecimento das PICS no Brasil. Tendo em vista a sua importância histórica e política, foi através desta conferência que surgiu às primeiras solicitações em relação à introdução das PICS nos serviços públicos de saúde. Ao final, o texto trouxe como determinação a implantação de algumas práticas alternativas na assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida (BOCCOLIN et al., 2020).

Até a criação do SUS em 1988, algumas terapias holísticas como, o uso de plantas medicinais, constituíam o principal meio de tratamento dos problemas de saúde dos brasileiros devido o acesso facilitado, como também ao baixo custo em relação ao atendimento médico alopático da época (BARROS et al., 2020).

Estimulada pela Organização Mundial de Saúde e com ajuda do documento normativo "Strategy Traditional Medicine" em 2002, no qual visa como propósito à amplificação e normatização nos serviços de saúde, o uso racional e avaliação da eficácia e da segurança das técnicas, teve como consequência a criação da PNPIC, que exerce de forma benéfica no desenvolvimento do SUS, ao fortalecer campos da prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde, tendo como objetivo um modelo de cuidado humanizado e centrado na integralidade do indivíduo (DACAL, 2018).

Em 2006, através da efetivação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, por meio da Portaria GM/MS nº 971, de 03 de maio de 2006, algumas terapias começaram a ser inseridas ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2018).

Mediante as diretrizes de descentralização e participação popular pertencente ao SUS, os estados e municípios passaram a ter uma maior autonomia na escolha dos seus métodos e ações focadas à saúde, proporcionado, dessa maneira, estabelecer as experiências precursoras como as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (SILVA, 2022).

Segundo Barros et al. (2018) essas terapias se caracterizam como um instrumento de vivência e cuidado que contribui como base do equilíbrio físico e emocional. São condutas de cuidados transversais. O acolhimento inicia-se, especialmente, na atenção primária, uma vez que é a principal porta de entrada para o SUS, contudo, essas ações terapêuticas também podem ser realizadas nos serviços de média e alta complexidade.

Em 2017, o MS publicou a Portaria nº 849/2017, nela os procedimentos foram ampliados e oferecidos pela política no SUS. A meditação, arteterapia, musicoterapia, tratamento naturopático, tratamento osteopático, tratamento quiroprático e reiki passam a integrar a oferta das PICS. A terapia comunitária, dança circular/biodança, yoga, oficina de massagem/automassagem, auriculoterapia, massoterapia, tratamento termal/crenoterápico já estava inclusas nos serviços desde abril de 2016. Por intermédio de dados confirmados pelo Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB), esses procedimentos eram executados por muitos municípios brasileiros (BRASIL, 2018).

Em 2018, na ocasião do 1º congresso internacional de práticas integrativas e complementares e saúde pública, o MS anunciou a inclusão de outras dez práticas no SUS, através da Portaria nº 702/2018, que altera a anterior. Foram incluídas as seguintes PICS: aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais. A medicina antroposófica e a crenoterapia, que tinham sido incluídas em 2016 como observatório, foram definitivamente incluídas em 2018 (BRASIL, 2018).

A ampliação se deu por meio de situações políticas conturbadas, com reverberações favoráveis e contrárias por parte de diferentes segmentos de interesse (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Hodiernamente, o SUS disponibiliza, de forma integral e gratuita, 29 práticas à população, trazendo novas condutas que incentivem os usuários de modo natural para a prevenção de doenças, proporcionando uma excelente recuperação da saúde e prevenção de agravos (DALMOLIN, 2019).

As PICS são reconhecidas por favorecer uma visão de qualidade de vida ampliada no ambiente de saúde ou até mesmo onde o acesso ao cuidado é difícil, é entendida no processo saúde-doença e levam em consideração o sujeito valorizando seu bem-estar físico biopsicossocial (AGUIAR et al., 2020).

Para Glass et al. (2021) a inclusão dessas práticas no sistema de saúde público se fundamenta essencialmente pela garantia do princípio da integralidade. Desse modo, as PICS já em andamento na rede pública de saúde, têm como principal finalidade a necessidade de

conhecer, apoiar e integrar as experiências, visando estimular os mecanismos naturais de prevenção, recuperação e promoção da saúde.

Sendo assim, as práticas integrativas e complementares como parceiras do SUS, além de promover diversas maneiras de cuidar, constituem-se em sistemas que proporcionam os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, com o uso de tecnologias eficientes e seguras que privilegiam a escuta qualificada, o vínculo terapêutico e a conexão do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (DALMOLIN, 2019).

3.4 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO BÁSICA

No Brasil, a Atenção Básica (AB) dispõe da Estratégia Saúde da Família (ESF) como instrumento do modelo assistencial, sendo condutora do cuidado e considerada como principal porta de entrada do usuário para a rede de atenção à saúde do Sistema Único de Saúde. É constituída por equipes de Saúde da Família (eSF) que asseguram o cuidado constante com intervenção focalizada às famílias no território onde elas vivem e trabalham, a integralidade e a longitudinalidade são princípios que fazem parte da assistência (QUEIROZ, 2023).

Em 2008 foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), atualmente intitulados de Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NasfAB), são integrados por profissionais de saúde das mais diferenciadas áreas e especialidades. A partir da criação desse projeto, a finalidade visa expandir a resolutividade e aumentar o cuidado na ESF. (PINTO; GIOVANELLA, 2018).

No que se refere à integralidade, a constituição federal de 1988 a configura como o atendimento integral, com excelência para as atividades preventivas, sem danos dos serviços assistenciais. Ainda em conformidade com o texto constitucional, é dever do estado possibilitar o acesso universal e igualitário às atividades e serviços para sua promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como assegurar a saúde para todos os cidadãos por intermédio de políticas sociais e econômicas, focadas na diminuição do risco de doença e outros problemas (BRASIL, 1988).

Do ponto de vista da integralidade, da intersetorialidade e da interdisciplinaridade na saúde pública, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde são consideradas como recursos terapêuticos eficientes, também qualificados pela Organização Mundial da Saúde de Medicina Tradicional e Medicina Complementar Alternativa (MT/MCA), no qual estimulam os mecanismos naturais de prevenção de agravos, a recuperação da saúde e a promoção do autocuidado, por intervenção de uma visão ampliada do processo saúde-doença, colaborando

para o progresso socioeconômico e ambiental de um território estabelecido, mediante da reinstituição do homem a natureza (COSTA et al., 2020).

Nesse sentido, instituída no Brasil em 2006 e recém-ampliada em 2018, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, abrange diretrizes específicas em nível de prevenção de agravos e doenças, assim como da recuperação da saúde e bem-estar, partindo dos princípios da dimensão integral do ser humano, do cuidado humanizado e da conceituação holística de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

A PNPIC incentiva que tais práticas sejam estabelecidas preferencialmente na AB, uma vez que este é um nível de cuidado beneficiado para a instalação dessas ações e um dos principais ambientes para a sua aplicação (RUELA, 2019), visto que 78% da oferta de PICS no SUS acontecem na AB (BRASIL, 2019), principalmente, por meio dos profissionais do Nasf-AB (TESSER; SOUSA, 2018). As qualidades do desenvolvimento de trabalho destas equipes, como atenção especializada e suporte técnico para as eSF, fortalecem a compatibilidade das PICS na inclusão com as unidades de saúde (FAQUETI, 2018).

Levando em consideração a complexidade sociocultural e sanitária do território, a introdução das PICS na AB caracteriza-se como um significativo método de cuidado devido ao olhar global de tais práticas em considerar as particularidades do sujeito como um todo, além de estender a qualificação dos serviços, fortalece o campo da promoção da saúde (SMANIOTTO, 2019). A elaboração da política nacional direcionada para a inserção de PICS no SUS, desenvolveu-se das reivindicações sociais para contemplar a oferta de cinco sistemas terapêuticos que estimula a atenção à saúde de forma integrativa (ANTUNES, 2018).

As PICS evidenciam-se como um sistema de cuidado integral, iniciado há milhares de anos na China. Emprega linguagem que representa simbolicamente as leis da natureza e que enriquece a correlação harmônica entre as partes tendendo à integridade (ANTUNES, 2018).

Dentre as inúmeras colaborações que as PICS podem oferecer para a saúde pública, salienta-se a utilização dos saberes e práticas com foco na saúde e não na doença, como também na busca por métodos e terapêuticas mais simples, porém com alta efetividade nas circunstâncias mais comuns de adoecimento, colaborando para a afirmação da autonomia do sujeito e sua participação ativa na atuação de melhorias para sua saúde. Muitas dessas práticas, principalmente as englobadas entre as racionalidades médicas, recomendam abordagem completa do indivíduo, favorecendo para a aplicabilidade do princípio da integralidade do cuidado no SUS (VIEIRA et al., 2018).

Considerando todas as vantagens que abrangem essas práticas, torna-se cada vez mais importante discutir as PICS como um aliado à saúde, a fim de que todos (gestores, profissionais

e usuários) estejam comprometidos com essa maneira alternativa e complementar de cuidar da saúde (SANTOS, 2023). Após publicar a PNPIC, o Ministério da Saúde nomeou o Departamento de Atenção Básica (DAB), instituição responsável pela gestão nacional das PICS. A partir desse momento, o método de implantação tem sido desafiador para os gestores públicos em saúde, frente às diferentes situações (HABIMARAD et al., 2020).

Para estabelecer as PICS na Atenção Básica, é essencial estimar toda circunstância envolvida, a partir da política de gestão até a cultura do local. O apoio da administração e o interesse profissional são julgados pontos importantes para oferta dessas terapias no sistema de saúde. Outras situações, como a acolhimento dos usuários, visão dos profissionais e propagação da política, também contribuem para a introdução das PICS nesse nível de atenção (AGUIAR, 2020).

O Ministério da Saúde, com intuito de aperfeiçoar a efetivação dos serviços da AB, empregou a análise dos processos e resultados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). O Programa anunciado pela Portaria nº 1.654 de 2011 do Ministério da Saúde proporciona, também, entender a atuação das equipes, assim como o comprometimento da gestão na concretização da política em questão (MOREIRA, 2021).

Independente das múltiplas publicações do Ministério da Saúde para o desenvolvimento e a expansão das PICS, isto não é o bastante para o crescimento e revigoramento da política e sua institucionalização. Apesar dessas conquistas, não houve a formalização de recurso orçamentário específico para o financiamento da PNPIC a nível federal para além do que havia antes de 2006, o que torna a essa política ser uma das minoritárias da área da saúde, uma vez que foi aprovada sem orçamento exclusivo ou indutivo (BARBOSA, 2020).

Outro empecilho para a instalação concreta da PNPIC é a ausência de investimento na formação em PICS, como também devido à carência de cursos em instituições públicas e designada ao SUS. A maior parte da formação em PICS no Brasil é oferecida por instituições privadas, no qual se acomoda ao método privatista da saúde, sem dedicar-se às demandas da APS e do SUS (TESSER; SOUSA, 2018).

Todavia, a utilização das PICS no SUS merece reflexão, principalmente, quando se examina a sua adaptação na política de saúde de um país como o Brasil, no qual manifesta uma sociedade complexa que tem inserido recursos tecnológicos cada vez mais aprimorados no contexto do modelo biomédico. Acredita-se um verdadeiro desafio aos gestores públicos à verdadeira implantação das PICS, visto que existe um pequeno número de recursos humanos

habilitados e pouco financiamento público, além de motivos culturais e científicos que atuam de maneira negativa, os profissionais de saúde (VALADARES; BERALDO, 2018).

Dessa forma, é de suma importância à elaboração de políticas públicas que invistam verdadeiramente nas PICS para amplificação do acesso às práticas, como também para a disseminação de conhecimento associado às mesmas, capacitação profissional e fornecimento dos recursos adequado a sua evolução, a fim de que dessa maneira, possa atender a demanda de usuários da AB e de todo serviço de saúde vinculado a SUS (ARAGÃO, 2021).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica de estudos científicos a respeito do tema.

A revisão integrativa caracteriza-se como um tipo de revisão da literatura que reúne dados da literatura teórica e empírica, assim como estudos com diversas abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa). Consiste na elaboração de uma investigação mais extensa da literatura, no qual colabora para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, como também suscitas reflexões no que diz respeito à realização de futuras investigações. Possibilita também a síntese de inúmeros estudos e discussões acerca de uma área específica de conhecimento (SANTOS et al., 2019).

A revisão integrativa é composta por seis fases: 1) produção de uma pergunta norteadora: vai definir os artigos que serão incluídos na pesquisa; 2) amostragem na literatura: busca nas bases de dados; 3) coleta de dados: obtenção de dados dos artigos selecionados; 4) análise dos estudos incluídos: estratégia rigorosa na avaliação das características de cada estudo; 5) discussão dos resultados: comparação dos dados evidenciados; 6): apresentação dos resultados: deve ser clara para que o leitor avalie criticamente os resultados (De Souza, et al. 2018, p. 18).

A pesquisa qualitativa tem por finalidade assimilar a diversidade de conceitos e sentidos que marcam as subjetividades dos sujeitos na relação com o social. Considera que a dimensão ampla e o caráter complexo do objeto de estudo não podem ser compreendidos à luz da racionalidade tecnopositivista, que normalmente se detém friamente na realidade exterior dos fatos (DA SILVA, 2022).

Para Campos (2023) a pesquisa qualitativa representa a capacidade de investigação dos dados e discussão dos mesmos, através da apresentação de opiniões e argumentos, tendo como fundamento as situações e eventos estudados. Diante disso, percebem-se outros aspectos ainda não analisados, bem como reestruturação das informações de acordo com o entendimento do pesquisador após concluir a pesquisa.

4.2 FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA

A questão norteadora é a primeira etapa do processo e uma das mais importantes do estudo, pois é ela quem vai nortear toda a pesquisa. A formulação da pergunta norteadora é a habilidade de transformar o problema na questão central da investigação, assim, todas as etapas seguintes do estudo devem estar intimamente relacionadas à pergunta de pesquisa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Segundo o manual de revisão bibliográfica sistemática integrativa (2014), a estratégia PICo, voltada para a pesquisa não-clínica, pode ser empregada na formulação dessa questão norteadora considerando-se este acrônimo pelas letras da sigla: P – População alvo; I – Interesse; Co – Contexto. Essa estratégia foi adotada para um melhor delineamento da pergunta de pesquisa deste estudo.

Nesta pesquisa define-se como População – graduandos em enfermagem; interesse - PICS; Co - ensino. Assim, a questão norteadora definiu-se como: quais benefícios o ensino das práticas integrativas e complementares geram a estudantes de enfermagem?

4.3 LOCAL DE ESTUDO

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO); Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF), assim como nos Manuais do Ministério da Saúde, todas por meio do cruzamento dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS), com o operador boleano AND: “Práticas integrativas e complementares”, “ensino”, “enfermagem“, sendo selecionado os estudos que se enquadrem entre os anos de 2018 a 2024.

4.4 PERÍODO DE ESTUDO

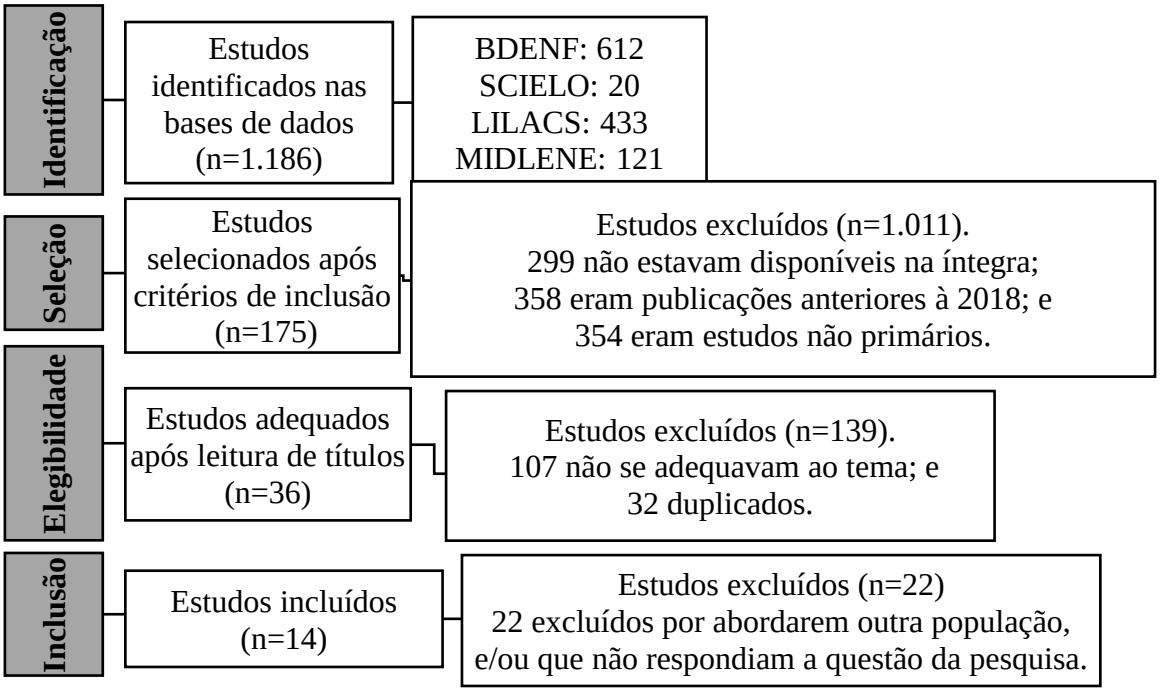
A busca por estudos nas bases de dados ocorreu no primeiro semestre de 2024, entre os meses de fevereiro e abril.

4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critérios de inclusão foram definidos: artigos de pesquisa original, dissertações e teses publicadas de forma completa, livre e gratuitas em periódicos disponíveis nas bases de dados selecionadas, publicadas entre os anos de 2018 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Como critérios de exclusão: estudos duplicados nas bases de dados, revisão da literatura, pesquisas que não se adequavam ao tema, e que não respondiam à questão norteadora da pesquisa.

Para compreensão da seleção metodológica da revisão integrativa foi elaborado um fluxograma, anexo a seguir:

Figura 1 – Fluxograma de análise e seleção da amostra para a revisão integrativa



Fonte: Pesquisa direta, 2024.

4.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos selecionados nas bases de dados, foram realizadas leituras para favorecer o preenchimento do apêndice A de cada estudo que conterá; título, autor (a), ano da publicação, tipo de publicação, objetivos, resultados, conclusões e periódico.

Os resultados foram apresentados em forma de texto descritivo e dispostos em categorias temáticas com apresentação das respostas encontradas a partir da leitura das pesquisas. A categorização temática estabeleceu classificações, na qual agruparam elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito que abrangeu tudo isso (MINAYO et al., 2002).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a estratégia de busca dos artigos, identificação, seleção, elegibilidade e inclusão, obteve-se um total de 14 estudos, os quais sintetizaram os principais achados acerca do ensino das práticas integrativas e complementares a estudantes de enfermagem conforme exposto no quadro síntese abaixo.

Os artigos selecionados para a construção dos resultados foram dos últimos seis anos, disponíveis em várias plataformas de pesquisa.

Na maior parte dos estudos prevaleceu a abordagem do tipo qualitativa com o total de 06 deles; sendo que alguns destes, utilizaram os diferentes métodos de pesquisas para a construção dos artigos, tais como: 02 descritivos, 03 quantitativos, 02 relatos de experiência e 01 estudo documental.

Quadro 2 - Síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa.

Título	As práticas Integrativas e complementares em saúde na formação do enfermeiro em instituições de ensino superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul
Autores	LARA, Sandra Demétrio et al.
Ano	2023
Metodologia	Abordagem qualitativa
Objetivos	Avaliar os projetos pedagógicos de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) de Campo Grande/MS, em relação à inserção da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e de suas práticas nos módulos, como temática ou disciplinas na grade curricular do curso de enfermagem.
Resultados	Foi possível constatar que no projeto pedagógico das IES não existe qualquer menção no corpo do texto sobre as práticas integrativas e complementares. As disciplinas obrigatórias e optativas seguem o mesmo padrão, assim como os estágios e projetos de extensão e de pesquisa. Não foi constatado qualquer tipo de menção acerca das vinte e nove práticas. Desta forma, os alunos da academia obtêm o título de bacharel em enfermagem sem qualquer contato formal com as Práticas Integrativas e Complementares.
Conclusão	Os resultados apresentados revelam que apenas duas IES ofertam disciplinas relacionadas com as PICS em saúde. Dessa forma, percebe-se que os alunos de graduação em enfermagem cumprem todos os créditos para obtenção do título em bacharel em enfermagem sem qualquer contato formal com importantes campos de atuação, dentro das práticas integrativas e complementares em saúde.
Periódico	Ensino, Educação e Ciências Humanas.

Título	Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de enfermagem, medicina e odontologia
Autores	ROCHA, Erika Maria Sampaio et al
Ano	2022
Metodologia	Abordagem quantitativa
Objetivos	Analisar a oferta de disciplinas abordando as práticas integrativas e complementares em Saúde nas graduações em enfermagem, medicina e odontologia de universidades públicas brasileiras.
Resultados	Evidenciou-se que no Brasil, as universidades públicas municipais, estaduais e federais, um total de 317 cursos de graduação distribuídos entre Enfermagem, Medicina e Odontologia oferta de 273 componentes curriculares que contemplam as temáticas das PICS. Em relação ao apontado na literatura, houve um aumento na oferta curricular sobre o tema, porém, esse tópico continua pouco expressivo nas universidades, face à demanda da população.
Conclusão	O estudo mostrou um aumento na oferta de componentes sobre PICS nas graduações de formação dos profissionais da ESF (enfermagem, medicina e odontologia) em relação ao apontado pela literatura. Apesar do aumento da oferta, o paradigma vitalista, representado no Brasil pelas PICS, continua pouco expressivo nas universidades do país, se considerados os exemplos de países mais desenvolvidos e a grande demanda da população por essas abordagens.
Periódico	Rev. Docência Ens. Sup.
Título	Práticas integrativas e complementares na formação dos acadêmicos de enfermagem em uma universidade privada no município do Rio de Janeiro
Autores	BATISTA, Cássia de Castro et al.
Ano	2021
Metodologia	Abordagem qualitativa
Objetivos	Identificar a demanda de inclusão da disciplina PICS no currículo acadêmico de Enfermagem.
Resultados	Identificou-se que discentes tem interesse de vivenciar um conteúdo teórico-prático sobre PICS durante a graduação e aplicar esta temática durante a jornada profissional. Os discursos também expressaram desconhecimento da atuação do enfermeiro na Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares na AB, bem como em consultório privado. Sobre a inclusão das PICS como disciplina obrigatória no currículo acadêmico, os alunos desejam ter a disciplina no decorrer da graduação.
Conclusão	Os resultados da pesquisa mostraram a necessidade de abordagem do ensino de PICS durante a graduação de enfermagem, tendo o egresso como disseminador e facilitador da PNPIC. Nesse sentido, cabe a abordagem do conteúdo sobre PICS atrelado à reforma do modelo curativo e assistencial em saúde.

Periódico	Fiocruz.br
Título	Ensino das práticas integrativas e complementares em saúde na enfermagem
Autores	SANTOS, Thaiane Santana et al
Ano	2022
Metodologia	Estudo descritivo, do tipo relato de experiência
Objetivos	Descrever a experiência do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na graduação em enfermagem.
Resultados	Compreende-se as contribuições da oferta da disciplina optativa de PICS para a formação discente em três diferentes esferas: acadêmica, profissional e pessoal. A disciplina proporcionou a compreensão do cuidado integral, assim como o conhecimento de todas as PICS disponíveis no Sistema Único de Saúde e suas possibilidades nas ações em saúde e na assistência de enfermagem. Ocorreu, também, uma satisfação dos discentes com todos os atributos da disciplina, relatada através dos formulários de presença de cada aula e no momento de conclusão, cuja foi de 100%.
Conclusão	As principais contribuições para a formação discente foram: acadêmica, profissional e pessoal. Os discentes puderam aprender sobre as práticas e visualizar suas aplicabilidades em sua futura prática profissional como enfermeiros, visto que oferta da disciplina feita por docentes enfermeiros facilitou essa aproximação da realidade. Conclui-se que o ensino sobre diferentes modalidades de cuidar em saúde é crucial para que ocorra a disseminação da PICS e sua inserção na prática profissional, além de reduzir a principal lacuna referente à insuficiente oferta das práticas nos serviços de saúde: a falta de conhecimento dos profissionais sobre a temática.
Periódico	Research, Society and Development.
Título	Formação de estudantes da área da saúde em práticas integrativas e complementares
Autores	GOECKS, Débora Regina; MORSCH, Lisoni Muller; SILVA, Chana de Medeiros.
Ano	2019
Metodologia	Delineamento transversal, observacional e descritivo.
Objetivos	Identificar qual o conhecimento, formação e interesse dos acadêmicos da área da saúde sobre práticas integrativas e complementares.
Resultados	Registrou-se que além de muitos estudantes terem relatado o conhecimento de alguma prática integrativa e complementar, houve uma diferença significativa entre semestres iniciais e finais quanto a “ouvir falar em PICS”. A amostra foi composta por 130 estudantes dos cursos da área da saúde, 88,46% eram do sexo feminino e 11,54%, do sexo masculino. Sobre a utilização das PIC, não houve diferença significativa entre os semestres, em que 65,7% dos estudantes declararam já utilizar alguma PIC. Sobre a

	regulamentação das PIC, 39,4% declararam que são regulamentadas, 6,6% não e 54% não sabem se elas são.
Conclusão	Por meio dos resultados, conclui-se que os acadêmicos têm interesse em estudar e conhecer estas práticas durante a sua formação acadêmica, resultado este importante para a universidade planejar a inserção destas práticas que visam promover a saúde através da prevenção e o tratamento da saúde de forma integrativa e complementar, corroborando com as políticas de saúde previstas no país.
Periódico	Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde.
Título	Ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de enfermagem do estado de São Paulo
Autores	OLIVEIRA, Tatiane Alves et al.
Ano	2020
Metodologia	Descritivo e retrospectivo com abordagem quantitativa
Objetivos	Analisar a oferta de disciplinas sobre as Práticas Integrativas e Complementares nos cursos de graduação em enfermagem no estado de São Paulo.
Resultados	Verificou-se que 172 instituições ofereciam o curso de enfermagem no estado de São Paulo. Às características das disciplinas sobre PICS ofertadas pelas instituições, apenas 31 apresentaram na grade curricular do curso disciplinas relacionadas a PICS, destas disciplinas ofertadas, 17 eram obrigatórias, 66 presenciais e com a média da carga horária 403,6 horas. Apenas 31 apresentaram na grade curricular do curso disciplinas relacionadas a PICS, destas disciplinas ofertadas, 17 eram obrigatórias, 66 presenciais e com a média da carga horária 403,6 horas.
Conclusão	Através desse estudo foi possível identificar que embora as PICS estejam preconizadas nas políticas do SUS e pelo COFEN, ainda há uma escassez de instituições públicas e privadas do estado de São Paulo que oferecem disciplinas nos cursos de graduação sobre essas práticas.
Periódico	Revista Nursing.
Título	Conhecimento dos estudantes de enfermagem da universidade federal do Tocantins acerca das práticas integrativas e complementares em saúde: o ensino das PICS e suas relações na graduação
Autores	ALMEIDA, Naiara Mesquita.
Ano	2022
Metodologia	Abordagem qualitativa e natureza exploratória
Objetivos	Descrever conhecimentos de estudantes do curso de enfermagem da Universidade Federal do Tocantins (UFT) sobre as PICS durante sua formação acadêmica.
Resultados	Verificou-se que os estudantes se demonstraram limitados em relação ao conhecimento teórico-prático acerca das PICS. A temática é pouca abordada e vivenciada pelos estudantes do curso

	de Enfermagem da UFT, entretanto, demonstraram interesse em aprofundar seu conhecimento sobre o tema.
Conclusão	Conclui-se que essa temática é pouca abordada e vivenciada pelos estudantes do curso de Enfermagem da UFT. Há, portanto, um despreparo durante a sua formação e prestação desses cuidados em seus estágios supervisionados, sendo estes fragmentados, dificultando, assim, a aprendizagem e a assistência integral à população.
Periódico	uft.edu.br
Título	Terapias complementares na educação, extensão comunitária e pesquisa em enfermagem
Autores	SOUSA, Leandra Andréia de et al.
Ano	2021
Metodologia	Relato de experiência
Objetivos	Relatar a implementação das práticas integrativas e complementares em um curso de Enfermagem de uma universidade federal nos campos do ensino, pesquisa e extensão.
Resultados	Observou-se que a interação das práticas integrativas na enfermagem e sua inserção no ensino, pesquisa e extensão corroboram o cuidado holístico, favorecem a construção do conhecimento científico na área e potencialmente requalificam a formação profissional.
Conclusão	A interação das PICS na enfermagem e sua inserção no ensino, na pesquisa e na extensão corroboram o cuidado holístico, favorecem a construção do conhecimento científico na área, requalificam a formação profissional e podem contribuir para consolidação de um modelo integral de cuidado no SUS na direção do acesso e da integralidade.
Periódico	Rev. Bras. Enfe.
Título	Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial
Autores	AZEVEDO, Cissa et al.
Ano	2019
Metodologia	Estudo documental
Objetivos	Realizar estudo documental sobre os aspectos legais que respaldam a atuação do enfermeiro nas Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e discorrer sobre o panorama do ensino, pesquisa, atividades extensionistas e assistenciais da enfermagem frente às PIC.
Resultados	Observou-se que os enfermeiros se destacam na implementação das PICS uma vez que os princípios de formação são congruentes aos paradigmas dessa ciência, além de possuírem respaldo legal para atuação em serviços públicos e privados no Brasil. Há um movimento incipiente de enfermeiros atuando em pesquisas e extensão nas universidades, o que contribui para difusão do conhecimento e aplicação das terapias na comunidade.

Conclusão	É pequeno o contingente desses profissionais que atuam com essas terapias. No entanto, percebe-se, atualmente, um movimento, ainda que lento, de enfermeiros atuando em pesquisas e atividades extensionistas dentro das universidades e na prática clínica nas unidades básicas de saúde e instituições privadas, o que contribui para a difusão de conhecimentos embasados cientificamente e para a disseminação dessas terapias à comunidade.
Periódico	Esc. Anna Nery
Título	Gestão do ensino em práticas integrativas e complementares na formação do enfermeiro generalista
Autores	ALVES, Murilo Pedroso et al.
Ano	2022
Metodologia	Pesquisa qualitativa
Objetivos	Compreender essa gestão do ensino de práticas integrativas e complementares na formação do enfermeiro generalista em instituições públicas de ensino na região sul do Brasil.
Resultados	A pesquisa evidenciou o fenômeno: "reconhecendo as Práticas integrativas e complementares em saúde como recursos terapêuticos do enfermeiro generalista e como potencialidade para o ensino e prática do cuidado de enfermagem interprofissional e integral ao ser humano". Este fenômeno está sustentado por três categorias do modelo paradigmático: condição, ação-interação e consequência. Segundo relatos dos participantes, para o enfermeiro se tornar generalista, ele precisa de formação teórico e prática nas grandes áreas de atuação. As PICS aparecem em diversas áreas de atuação e em diferentes momentos do processo formativo, com conteúdo mais teóricos sobre a PNPIC, porém ainda sem a intenção de formação prática, e quando presente, de forma muito incipiente.
Conclusão	Este estudo evidenciou que as PICS contribuem com a ciência da enfermagem e a prática profissional, assim como um caminho de possibilidade empreendedora, de mais autonomia da profissão. Recomenda-se mais discussões para que ocorra a inclusão das PICS no currículo de formação do enfermeiro generalista, como também mais formação e capacitação docente para efetivar o ensino.
Periódico	ufsc.edu.br
Título	Formação profissional em práticas integrativas e complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde
Autores	SILVA, Pedro Henrique Brito da et al.
Ano	2021
Metodologia	Estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa.
Objetivos	Compreender os sentidos atribuídos por trabalhadores da atenção primária à Saúde ao processo de formação profissional nas Práticas Integrativas e Complementares.

Resultados	Participaram do estudo 20 trabalhadores do SUS de formações profissionais diversas, sendo seis enfermeiras, dois psicólogos, duas fisioterapeutas, duas assistentes sociais, duas nutricionistas, dois farmacêuticos, uma técnica de enfermagem, uma agente comunitária de saúde, uma cirurgiã-dentista e uma terapeuta ocupacional. De modo geral, foram distintas e ao mesmo tempo convergentes as trajetórias que conduziram os profissionais para a busca de formação nas PICS. A formação ocorre por capacitações de curta duração, de modo presencial ou à distância, oferecidas pelo Ministério da Saúde, secretarias municipais de saúde e conselhos de categorias profissionais, com destaque para a enfermagem.
Conclusão	Evidenciou-se que os trabalhadores de saúde financiam a sua própria formação no ensino privado, pois não encontram capacitação em determinadas PICS no setor público. Em conjunto, esses resultados sugerem que os processos formativos em PICS são heterogêneos, deficientes e limitados. As descobertas deste estudo indicam a carência de ordenação de formação de recursos humanos e desenvolvimento de estratégias de qualificação nas PICS.
Periódico	Ciência & Saúde Coletiva.
Título	Ensino das práticas integrativas e complementares na formação em enfermagem
Autores	CALADO, Raíssa Soares Ferreira et al.
Ano	2019
Metodologia	Estudo qualitativo, descritivo, tipo relato de experiência.
Objetivos	Relatar sobre o ensino das práticas integrativas e complementares na formação em enfermagem.
Resultados	Considerou-se que o percurso de ensino-aprendizagem das práticas complementares se realizou a partir de três frentes: o empoderamento teórico com aulas embasadas em metodologias ativas, críticas e reflexivas, a apresentação de seminários discursivos com temáticas referentes ao contexto e a realização das atividades práticas. Percebeu-se que as apresentações e discussões foram enriquecedoras, pois possibilitaram, aos discentes, a concretização de um raciocínio crítico e reflexivo sobre a realização das práticas e suas aplicabilidades no âmbito da saúde.
Conclusão	Aponta-se que a prática de ensino-aprendizagem não pode ficar à margem dos currículos de formação dos profissionais da saúde, essa prática deve incorporada nos primeiros anos de formação, para que as habilidades práticas sejam aproveitadas e aperfeiçoadas em todo o percurso acadêmico. O estudo realizado trouxe um leque de contribuições, pois firmou a importância da unidade temática no curso de enfermagem, como, também, evidenciou a importância dessa formação relacionada às PICS na assistência à saúde, de forma a perceber o ser humano na sua totalidade.

Periódico	Rev. enfer. UFPE online.
Título	Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas
Autores	NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al.
Ano	2018
Metodologia	Estudo quantitativo
Objetivos	Relatar sobre a formação em práticas integrativas e complementares em saúde e os desafios para as universidades públicas
Resultados	Os resultados mostram uma oferta de 56 unidades de ensino, distribuída em quase todas as subáreas de saúde, com maior concentração em cursos de medicina, farmácia e enfermagem. A análise desta oferta, apoiada na perspectiva do cuidado integral e referenciada em literatura nacional e internacional, aponta desafios para a ampliação e qualificação do ensino de práticas integrativas e complementares, dentre eles a inserção integrada em cursos de saúde visando a interação e complementaridade entre saberes distintos.
Conclusão	A distribuição identificada nas IES, estudadas entre informação e formação em PICS, embora se aproxime de experiências internacionais, indica a necessidade de ampliação da abordagem formativa, caso se queira responder efetivamente à demanda destas práticas nos serviços e cuidados de saúde com uma oferta de qualidade, segura e eficaz. O estudo adequado de diferenças paradigmáticas pode proporcionar aos futuros profissionais uma possibilidade de compreender por que e como os pacientes usam as PICS, como também encorajar o debate sobre concepções distintas acerca da natureza da doença, a importância do indivíduo no efeito terapêutico
Periódico	Trab. Educ. Saúde.
Título	As práticas integrativas e complementares em saúde como um caminho para a sensibilização e formação de acadêmicos da saúde: relato de experiência
Autores	VIEIRA, Ana Beatriz Duarte et al.
Ano	2018
Metodologia	Relato de experiência
Objetivos	Descrever o potencial das PICS como terapêutica de saúde e modelo de cuidado para os usuários do SUS/DF, por meio de vivências ofertadas aos acadêmicos de enfermagem em diferentes cenários de prática.
Resultados	Os resultados evidenciaram uma ampliação de consciência do acadêmico acerca da mudança no modelo de atenção focado em uma abordagem integrada e integral das necessidades de saúde da pessoa, família e comunidade. A visão ecológica humana possibilitou mudanças de comportamento em direção ao autocuidado e corresponsabilização para a promoção da qualidade de vida e saúde.

Conclusão	Conclui-se que os estudantes ao entrarem em contato com as PICS, há ampliação do conhecimento e aplicação de novas habilidades e comportamentos de cuidado. O processo de educar para o cuidado humano, diz respeito à formação dos agentes responsáveis direto pelas ações desse cuidado na saúde.
Periódico	Revista de Ciências da Saúde

Fonte: Pesquisa direta, 2024.

Entre os principais achados da pesquisa, resultado da busca literária, é perceptível que as práticas integrativas e complementares não fazem parte da matriz curricular de todos os cursos de enfermagem no Brasil. Apesar da preconização para utilização das PICS nos serviços do SUS e toda comprovação científica indicando os benefícios dessas atividades, ainda há diversos aspectos que dificultam a ampliação do seu ensino nas instituições de ensino superior de enfermagem.

Após analisar de forma detalhada os conteúdos dos artigos encontrados, os quais estão organizados no quadro 2, surgiram duas categorias temáticas: impactos do ensino das PICS na graduação de enfermagem e fatores que dificultam o ensino das PICS durante a formação do enfermeiro.

A construção das categorias que serão discutidas a seguir foi realizada por meio da leitura fidedigna do conteúdo e das conclusões.

5.1 CATEGORIA TEMÁTICA 1: IMPACTOS DO ENSINO DAS PICS NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM

Após a implementação do SUS e mudanças de paradigmas de assistência à saúde, a formação do enfermeiro passou a ser centrada no modelo holístico, com a finalidade de desenvolver habilidades críticas e reflexivas, que respondam as demandas de saúde da população.

De acordo com Nascimento et al. (2018), o enfermeiro quando qualificado e capacitado, adquire uma visão holística do ser humano, demonstrando o interesse em utilizar as práticas naturais no cuidado ao cliente, seguindo os preceitos do Código de Ética da Enfermagem que permitem a utilização das terapias naturais. Sendo assim, justifica-se a necessidade de incorporar o conhecimento dessa metodologia na grade curricular dos cursos de enfermagem.

A visão holística do enfermeiro associada às PICS desempenha um papel essencial na sua aplicabilidade, podendo ser partilhadas com os usuários informações que venham a ser coadjutores ao tratamento e à manutenção de sua saúde (SANTOS et al., 2022).

Para Alves et al. (2022), as PICS é um artifício terapêutico do cuidado de enfermagem, não somente em uma área onde o enfermeiro atua em um segmento específico, mas também pode-se utilizar dessa forma complementar de trabalho para estar inserido, seja na saúde da mulher, da criança, do adolescente, do adulto, do idoso, aliadas à consulta de enfermagem, à educação em saúde, aos grupos da comunidade, na visita domiciliar, entre outros contextos de atuação.

De acordo com os estudos apresentados, ensino das PICS durante a graduação em enfermagem, proporciona aos estudantes um novo olhar em saúde, como também se torna uma chave para abrir as portas de novas oportunidades para sua profissão. Portanto, ao entrarem em contato com esse assunto, esses alunos se beneficiam com a ampliação do conhecimento e a aplicação de novas habilidades para os comportamentos do cuidado.

Santos et al. (2022) em seu estudo, afirmam que a referida disciplina colabora com o aprendizado de novas formas de agir em saúde, para que se consiga a eficácia, eficiência e efetividade do tratamento dos pacientes, além de causar melhores impactos na assistência do mesmo.

Ainda Santos et al. (2022), o aprendizado em relação ao tratamento da causa base dos problemas em saúde, propõe um atendimento com maior nível de integralidade e empatia, com isso a oferta da disciplina traz resultados positivos na formação dos discentes, os capacitando para atuar e divulgar as práticas com embasamento teórico e científico.

Para Goeks et al. (2019), a exposição das PICS no decorrer da graduação acontece como conscientização para a formação de um cuidado individualizado, que siga princípios bioéticos e de valorização à vida e que busca sempre por novos conhecimentos.

No de estudo de Azevedo et al. (2019), explana que o conhecimento científico sobre as terapias complementares faz com que os graduandos obtenham o seu espaço no ato de cuidar, pois através do exercício do pensamento crítico/reflexivo, poderão desmistificar e colaborar para que as PICS em saúde sejam reconhecidas, estudadas e empregadas demasiadamente, tanto pela equipe de enfermagem quanto os demais profissionais de saúde, em benefício dos usuários, como complemento à saúde.

Na publicação de Vieira et al. (2018), explana que o estudante de enfermagem precisa conhecer as medicinas tradicionais durante sua formação, a fim de confrontar com a estagnação das terapêuticas existentes e tornar-se independente, de forma a preencher esse espaço,

resultando a assistência mais ampla com cuidado humano e capaz de estimular a autonomia do outro.

Rocha et al. (2022) afirmam que o ambiente acadêmico possui grande influência para fortalecer a construção de conhecimento, desenvolvimento de comprovações científicas e pesquisa sobre as PICS, como também de influenciar na redução da descrença no ambiente universitário e na vivência da futura carreira profissional. Dessa forma, o contato dos estudantes com essa temática favorece a qualificação para futura atuação no SUS ou na rede privada.

Segundo Almeida (2022), ao estudar sobre as PICS, quando profissionais, os estudantes de enfermagem expandem seu campo de ação, principalmente em relação às necessidades sociais de saúde, assim como progridem na busca por garantir a integralidade da atenção, a qualidade e a humanização do atendimento.

Em seu estudo, Batista et al. (2021) evidenciaram que os acadêmicos de enfermagem retratam as PICS como uma ferramenta importante para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, uma vez que se trata de um modelo de cuidado que possibilita trabalhar a integralidade na assistência à saúde.

Ainda no estudo de Batista et al. (2021), os acadêmicos relatam sobre a importância da inclusão dessa disciplina na grade curricular, afirmando que muitos alunos desconhecem o tema e que sua inserção possibilita maior realização profissional, autonomia e melhor remuneração.

Nascimento et al. (2018), afirmam que mesmo se não optarem a trabalhar com as PICS, esses estudantes ao se tornarem profissionais, precisam compreender as vantagens dessas práticas e, assim, estarem capacitados a acompanhar de forma integral e efetiva os usuários que escolham por elas.

Almeida (2022) ressalta que o assunto ainda discutido na graduação, possibilita que o estudante potencialize a capacidade de argumentar sobre os princípios filosóficos, benefícios e precauções ou que ele possa, durante os seus estágios, conduzir o paciente a um profissional devidamente qualificado, inibindo assim informações inapropriadas ou imprecisas.

Em um estudo observacional e descritivo realizado por Goecks et al. (2019), estudantes de: enfermagem, biomedicina, estética e cosmética, farmácia, fisioterapia, medicina veterinária, nutrição, psicologia e serviço social, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), aponta que cerca de 87,9% acham que as PICS são de suma importância para formação acadêmica e para vida profissional; 7,1% não acham necessária a implementação das PICS no currículo; e 5,1% acham que são importantes na formação, porém destacaram que não agregariam conhecimento à vida profissional.

Calado et al. (2019) inferiram que essa prática deve ser introduzida nos primeiros anos de graduação, para que as habilidades práticas sejam executadas e aperfeiçoadas em todo o trajeto acadêmico, pois presume-se que elas beneficiam os acadêmicos de enfermagem com uma formação integral, completa e humanizada.

Almeida (2022) corrobora que ao introduzir disciplinas teóricas e práticas, os alunos poderão descobrir novas áreas de atuação e serão capazes de observar outras particularidades de saúde do usuário, como também fortalecer os princípios do SUS.

Sousa et al. (2021) confirmam a viabilidade de se trabalhar com as PICS, o tripé ensino-pesquisa-extensão, pois assim favorecerá a construção de novos conhecimentos, evidências científicas e o reconhecimento de outras formas de cuidado. Sua inserção nesses três eixos, contribui para o cuidado holístico, favorecem a construção do conhecimento científico na área, requalificam a formação profissional e podem contribuir para consolidação de um modelo integral de cuidado.

Alves et al. (2022) reforçam que essas práticas proporcionam para a enfermagem um exercício mais autônomo, com mais liberdade e compreensão de valor. Fortalecem o conceito ampliado de saúde, a concepção da integralidade do cuidado de enfermagem e a execução do ensino e prática interprofissional em saúde.

As PICS nas diferentes disciplinas sinalizam a integração, o reconhecimento e valorização delas. Com a abertura para sua interface interdisciplinar, elas podem contribuir ora para vida profissional, ora para estudantes, visto que na vida acadêmica, ajudam a relaxar, aliviar o estresse do dia-a-dia e a sobrecarga de alguns semestres.

Silva et al. (2021), evidenciam que para os acadêmicos de enfermagem, esse método terapêutico gera novos olhares sobre as maneiras de cuidar e estimula as dimensões ética, estética, política e social, uma vez que é trabalhado percepções e experiências, relação pessoal, interpessoal e grupal, além de olhares para os valores, crenças e sentimentos. Portanto, ao entrarem em contato com as PICS, haverá uma ampliação do conhecimento, de novas habilidades e dos comportamentos de cuidado.

Compreende-se que o ensino das PICS ainda na graduação promove as competências, atitudes e habilidades capazes de assistir à população nos vários níveis de complexidades competentes. Desta forma, os alunos quando aptos, saberão lidar com processos de adoecimento presente na sociedade contemporânea, assim como promover cuidados integrais nos cenários do trabalho em saúde (ALMEIDA, 2022).

Desse modo, o graduando de enfermagem qualificado nessa área, poderá não só ser um profissional com maior valorização e autonomia no mercado de trabalho, mas também

conseguirá prestar uma assistência holística ao seu paciente, valorizando seu bem estar físico e psicológico.

5.2 CATEGORIA TEMÁTICA 2: FATORES QUE DIFICULTAM O ENSINO DAS PICS DURANTE A FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Diante da procura e oferta de atendimentos associados as PICS e o desempenho da enfermagem nesse segmento, o COFEN atua simultaneamente as comissões formadas por profissionais com compreensão do assunto, para debater métodos de capacitações/formações em PICS em saúde, tanto para profissionais, quanto graduandos e docentes das instituições de ensino superior (AZEVEDO et al., 2019).

Vieira et al. (2018) destacam que o enfermeiro no uso de suas responsabilidades, quando qualificado e com fundamentação teórica, tem o respaldo de efetuar a prescrição de enfermagem e seguindo os protocolos das instituições de saúde, poderá prescrever o uso de plantas medicinais e fitoterápicos para a melhora dos sinais e sintomas, como também o tratamento de certas patologias.

Dentro desta perspectiva, o aprendizado sobre oferta do cuidado integral é essencial para a qualidade assistencial em saúde, de forma a preparar os futuros profissionais e romper com o modelo hospitalocêntrico e fragmentado, além de ressignificar o conceito de saúde pelos próprios usuários (SANTOS et at., 2022).

No entanto, mesmo diante de tantos benefícios das PICS à saúde da população, os desmontes do serviço público e da falta de investimentos em diversos setores, em especial no setor saúde e educação no Brasil, resulta que as discussões dentro e fora da enfermagem sejam traçadas para certificar que os avanços até então conquistados, tanto na concepção quanto na assistência de saúde e educação não sejam perdidas, o que restringe a novos avanços nesse sentido (ALVES et al., 2022).

Batista et al. (2021) descrevem em seu estudo, que mesmo o enfermeiro sendo possessores de teorias que fundamentam cientificamente seu exercício profissional nas terapias complementares, ainda assim alguns se sentem despreparados para conduzir ou realizar técnicas simples, devido à falta de aperfeiçoamento teórico e dos protocolos sobre as PICS, podendo desarticular a comunicação entre profissional/usuário.

No estudo realizado por Alves et al (2022), com estudantes de enfermagem, os participantes mencionaram que embora se tenha uma política que estimule a expansão das PICS, não há uma estratégia efetiva para que isso aconteça ou pelo menos não há investimentos

inclusive financeiros, especialmente no que se refere à formação técnica tanto a nível de enfermeiros assistenciais quanto àqueles que estão na docência.

Ainda no estudo de Alves et al. (2022), vários integrantes retrataram que essa fragilidade e fragmentação do ensino das PICS na graduação de enfermagem se dá também por conta da não atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), muitas vezes desatualizados e incoerentes com as atuais necessidades do contexto educacional e de saúde, que não contém como competência o conhecimento e domínio das PICS, mas que podem e tem potencialidade para serem aplicadas em diversas áreas de atuação do enfermeiro.

Azevedo et al. (2019), afirmam que a maioria do contato dos enfermeiros com as PICS ocorre apenas em cursos de especialidades ou qualificações e que, o ceticismo em relação às PICS no meio acadêmico dificulta a sua implementação. Diante disso, o conhecimento acerca das terapias é insuficiente e os profissionais não conseguem indicá-las ou descrevê-las aos usuários.

Estudos sobre tais práticas na enfermagem constataram que poucas instituições brasileiras de ensino superior ofertam essa disciplina, e as que oferecem são no formato de disciplina optativa.

Uma pesquisa quantitativa realizada por Oliveira et al. (2020), sobre o ensino das PICS nos cursos de enfermagem, no estado de São Paulo, evidenciou que ainda há uma escassez de instituições públicas e privadas no estado que ofereçam disciplinas referente as Práticas Integrativas e Complementares nos cursos de graduação.

Oliveira et al. (2020) ainda ressaltam que das 87 instituições públicas brasileiras, apenas 23 oferecem disciplinas relacionadas às PICS, sendo que destas, apenas seis têm caráter obrigatório. Dessa forma, através desses resultados foi possível identificar que apesar da implementação da PNPIC desde 2006 no SUS, a temática PICS ainda é incipiente em cursos de graduação em enfermagem no Brasil.

Nesse caminhar, Batista et al (2021) reiteram que, por não ser uma prática muito implementada no âmbito hospitalar, grande parte das instituições de ensino, seja pública ou privada, não inclui as PICS nas grades curriculares, mesmo elas sendo regulamentadas pelo SUS e podendo ser executadas pelos profissionais capacitados. Isso faz com que haja lacunas no ensino e o desacordo das grades curriculares com a PNPIC, que prevê em suas diretrizes a ampliação da inserção formal da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) nos cursos de graduação para as profissões da saúde.

De acordo com os achados de Almeida (2022), fatores que prejudicam a implementação desse ensino podem estar atrelados aos desafios e limites não só no processo de formação, mas

também na prática assistencial, no qual podemos destacar a desagregação entre os saberes populares, tradicionais e científicos, a ausência de espaços terapêuticos para a oferta e realização das PICS, faltas de insumos terapêuticos e professores com formação focada na temática.

Lara et al. (2023) em sua pesquisa, reforçam que outro desafio é a capacitação de docentes que estejam dedicados em formar profissionais que se dediquem ao modelo assistencial do cuidado, considerando a troca de saberes perante essas práticas, tendo como foco principal o processo saúde-doença.

Já para Rocha et al. (2022), essa vulnerabilidade na estrutura curricular, também encontrada em outros cursos da área da saúde, pode ser classificada pela predominância de modelos biomédicos nos cursos de graduação, assim como pela resistência dos docentes das instituições de ensino superior a debates epistemológicos mais amplos, tais como requerem as PICS, estabelecida pelo pensamento vitalista-holístico.

Entretanto, para Alves et al. (2022), devido PNPIC ser recente, isso explica a decorrência de parte dos docentes não ter essa vivência em suas formações. Logo, surge a necessidade de uma formação para que possam, de forma segura, debater e estimular essas práticas não só nas disciplinas específicas de PICS, mas sim em todas as disciplinas de conteúdo teórico a fim de colabora para ascensão de seu conhecimento.

Ao analisar o projeto pedagógico dos cursos de enfermagem das IES de Campo Grande e Mato Grosso do Sul, Lara et al. (2023), em seu estudo qualitativo, constataram que as PICS não são citadas no texto do projeto do curso, ou seja, não existe qualquer menção no corpo do texto sobre elas. As disciplinas obrigatórias e optativas seguem o mesmo padrão, assim como os estágios e projetos de extensão e de pesquisa. Em contrapartida, a única menção sobre as práticas integrativas e plantas medicinais, são por apenas duas IES privadas.

A ausência do ensino em PICS afetam a orientação segura de pacientes para a tomada de decisões em relação a seu uso, o que inclui indicações de fármacos com mecanismos de ação e interações medicamentosas com possíveis riscos, diante disso, tende a limitar que os pacientes se beneficiem corretamente destas práticas. Se o aluno não recebe formação em PICS, irá se deparar com dificuldade também na comunicação e cooperação com profissionais que operam em diferentes paradigmas de saúde (NASCIMENTO et al., 2018).

Para Azevedo et al. (2019), apesar de que haja um crescimento da aplicabilidade das PICS em saúde, a formação de enfermeiros para realizarem essas práticas é, notadamente, insuficiente e limitada. Isso significa que os preceitos do ensino deixam a desejar, diante aquilo

que os Ministérios da Saúde e Educação esperam das escolas formadoras, sendo o fato reconhecido como um grande desafio para o desenvolvimento das PICS no SUS.

Diante disso, para Lara et al. (2023), as instituições de ensino superior necessitam atender às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em enfermagem e repensar suas práticas pedagógicas para adequar seus currículos à formação do enfermeiro.

Portanto, para que os egressos estejam preparados para reorientar os serviços de saúde, fortalecer a autonomia dos sujeitos e da cidadania, com olhar emancipatório, além da humanização e integralidade na atenção à saúde. É necessário que as instituições de ensino, por meio do CNS, no qual orienta as diretrizes dos cursos de graduação nesta área, considerem os pressupostos e fundamentos da promoção da saúde e seus determinantes, baseados nas PICS, como elementos constituintes da formação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino e a utilização das PICS ainda assim, é um desafio que necessita mais do que sua implementação, concomitante a isto, é preciso uma maior desmistificação de ideologia e construção de novas maneiras de pensar. É necessário desenvolver perspectivas ampliadas sobre as terapias, instruindo as instituições de ensino serem modernas ao passo que se observa além do exposto, a fim de ter o convencimento da renovação para um desempenho mais humano e solidário no cuidado.

Embora as PICS estejam preconizadas nas políticas do SUS e pelo COFEN, ainda existem lacunas na formação do enfermeiro no que tange ao ensino das PICS na graduação, uma vez que algumas instituições de ensino não ofertam a disciplina, outras lhe apresentam apenas como optativa. Outro ponto importante é a carência de docentes capacitados nessa aérea, como também o apoio técnico para discussão da implementação deste conhecimento nos currículos formativos.

Ainda que haja impasses no ensino das PICS durante a graduação, essas práticas trazem como benefícios para os estudantes de enfermagem, novas possibilidades de atuação, soberania, compreensão de valor, autonomia e principalmente uma prática profissional que resgata a sua própria essência que é o cuidado holístico de enfermagem.

Portanto, evidencia-se por meio desse estudo, que o ensino dessas terapias na graduação afeta o perfil do egresso no que tange o exercício de enfermagem pautado no modelo biopsicossocial, incentivando o empreendedorismo e autonomia profissional. Conteúdos relacionados a PICS, em um contexto de ensino plural que forneça um conjunto de concepções críticas de modelos terapêuticos, proporciona o desenvolvimento de competências para a integralidade do cuidado e contribui para formação de profissionais comprometidos em atender às necessidades de saúde da população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jordana; KANAN, Lilia Aparecida; MASIERO, Anelise Viapiana. **Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde**: um estudo bibliométrico da produção brasileira. Saúde em Debate, v. 43, p. 1205-1218, 2020.

ALMEIDA, Naiara Mesquita. Conhecimentos dos Estudantes de Enfermagem da Universidade Federal do Tocantins acerca das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: **o ensino das PICS e suas relações na graduação**. 2022.

ALVES, Murilo Pedroso et al. **Gestão do ensino em práticas integrativas e complementares na formação do enfermeiro generalista**. 2022.

ALVES, Murilo Pedroso; CUNHA, Kamylla Santos da; HIGASHI, Giovana Dorneles Callegaro Higashi; SANTOS, José Luís Guedes dos; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. **Desvelando ações e interações de enfermeiros docentes na gestão do ensino**. Ciência, Cuidado e Saúde, v.18, n.3, p.e45139, 2019.

ANTUNES, L.B. **Práticas integrativas complementares em saúde: "mindfulness" no controle das cefaleias, uma revisão sistemática e metanálise**. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, 2018, 99 f.

ARAGÃO, Silva. **Práticas integrativas e complementares na atenção básica: experiências de fisioterapeutas no contexto da saúde mental**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.7, p. 67214-67221, jul. 2021.

ASSIS, W. C.; BRITTO, F. R.; VIEIRA, L. O.; SANTOS, E. S.; BOERY, R. N. S. O.; DUARTE, A. C. S. **Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no sistema único de saúde**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, v. 31, n. 2,p.16,abr./jun.2018.Disponíveem:https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7575/pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

AZEVEDO, C. et al. **Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial**. Escola Anna Nery, v.23, n.2, 2019. doi: Ensino, Educação e Ciências Humanas, v.24, n.1, 2023. 41 10.1590/2177-9465-ean-2018-0389.

BARBOSA, F. E. S et al. **Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311x0020881. Acesso em: 12 out. 2023.

BARROS, Leylaine Christina Nunes de et al**. Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à saúde: percepções dos gestores dos serviços**. Escola Anna Nery, v. 24, 2020.

BARROS, Nelson Filice de; SPADACIO Cristiane; COSTA Marcelo Viana. **Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios**. Saúde Debate | Rio De Janeiro, V. 42, Número Especial 1, P. 163-173, 2018.

BATISTA, Cássia de Castro et al. **Práticas Integrativas e Complementares na formação dos acadêmicos de Enfermagem em uma universidade privada no Município do Rio de Janeiro**. 2021. Tese de Doutorado.

BOCCOLINI, Patricia de Moraes Mello; BOCCOLINI, Cristiano Siqueira**. Prevalence of complementary and alternative medicine** (CAM) use in Brazil. BMC complementary medicine and therapies, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2020.

BRASIL**, Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. (2018) **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS).** Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. *Diário Oficial da União* 2018; 23 mar.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://saude.gov.br/saudede-a-z/praticas-integrativas-e-complementares. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2020]. Disponível em: https://aps.saude.gov.br/ape/pics/histórico. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed., 1. reimpr. –Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: MS, 2006.

CALADO, R. S. F., Silva, A. A. O. B., Oliveira, D. A. L., Silva, G. A. M., Silva, J. C. B., Silva, L. C., Lemos, M. E. P., & Santos, R. C. (2019). **Ensino das práticas integrativas e complementares na formação em enfermagem. Revista de Enfermagem UFPE online**, 13(01), 261-7.

CAMPOS, Belarmina Vilela Cruvinel; OLIVEIRA, Anderson Oramisio Santos. A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA. **Cadernos da Fucamp**, v.22, n.57, p.96-110/2023.

COFEN. Resolução nº 581/2018. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós – Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades**. Brasília (DF): COFEN**;

2018. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucaocofen-no-581-2018_64383.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

COFEN. Resolução nº 739/24. **Normatiza a atuação da Enfermagem nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.** Brasília (DF): COFEN; 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-739-de-05-de-fevereiro-de-2024/. Acesso em: 24 jun. 2024.

COSTA, A. ET AL. Entre o local e o nacional: os desafios contemporâneos na gestão da política nacional de práticas integrativas e complementares em saúde direcionados para a atenção básica, no município de São Luís - **MA. Braz. J. of Develop**., Curitiba, v. 6, n.4,p.17072-17085 apr. 2020.

DA SILVA, Martins Júnior; SILVA, Batista Carvalho Nunes. **Características de pesquisas qualitativas: estudo em teses de um programa de pós-graduação em educação**. Educação em Revista|Belo Horizonte|v.38|e26895|2022.

DACAL, Mariadel Pilar Ogando; SILVA, Irani Santos. **Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos**. Saúde em debate, v. 42, p. 724-735, 2018.
DALMOLIN IS; HEIDEMANN ITSB, FREITAG VL. **Integrative and complementary practices in the Unified Health System: unveiling potentials and limitations**. Rev Esc Enferm USP. 2019;53:e03506. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018026603506.

DE SOUZA, S. M. J. (2018). **O Feminicídio e a legislação brasileira**. Rev. Katálysis 21 (03). https://www.scielo.br/j/rk/a/XHsBp yL7bg56mBKqDpfQ88y/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2023.

DELL ACQUA MCQ; Miyadahira AMK. **Ensino do processo de enfermagem nas escolas de graduação em enfermagem do estado de São Paulo**. Rev Latino-am Enfermagem 2002 março-abril; 10(2):185-91.

Disponívelem:http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_implantacao_servicos_pics.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

FAQUETI, A; TESSER, C. D. **Utilização de Medicinas Alternativas e Complementares na atenção primária à saúde de Florianópolis/SC**, Brasil: percepção de usuários. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 8, p. 2621-2630, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.22012016. Acesso em: 12 out. 2023.

FERNANDES, Carla Natalina da Silva; SOUZA, Maria Conceição Bernardo de Mello. **Docência no ensino superior em enfermagem e constituição identitária: ingresso, trajetória e permanência**. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 38, 2017.

FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; SILVA, Maria Rocineide Ferreira da; TORRES, Raimundo Augusto Martins; DIAS, Maria Socorro de Araújo; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Identity of primary health care nurses: perception of “doing everything”. Revista Brasileira de Enfermagem, v.71, n.1, p.142-147, 2018.

FERREIRA TS, Moreira CZ, Cária, NZ et al. Phytotherapy: an introduction to its history, use and application. Revista Brasileira de Plantas Medicinais.2020;16(2):290–298. doi:10.1590/S1516- 05722014000200019.

FREITAS, J.R.; José da Silva, A.; Alves da Silva, J.A.; Ramos, J.R.B.; Vasconcelos Silva, F.M.; **A importância do enfermeiro nas práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde**. 2021; (11) N.63.

GLASS, L.; LIMA, N.W.; NASCIMENTO, M.M**. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde do Brasil**: disputas político-epistemológicas. Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e200260, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VrpXFjHpkQnxkwfBMtnNLmr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 out 2023.

GOECKS, Débora Regina; MORSCH, Lisoni Muller; SILVA, Chana de Medeiros da. **Formação de estudantes da área da saúde em práticas integrativas e complementare**s. Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde, v. 2, n. 2, p. 84-91, 2019.

HABIMARAD PHL, Catarucci FM; Bruno VHT, Silva IB da, Fernandes VC, Demarzo MMP, et al. **Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**. Ciência saúde coletiva. Fevereiro de 2020;25(2):395–405.

ITO EE, Peres nacionais; Toshie Takahash, Januário Leite. **O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares**: utopia x realidade AM, Takahashi RT, Leite MMJ. Rev Esc Enferm USP 2006; 40(4):570-5.

LARA, S. D.; MATIAS, R.; VIEIRA, S. C. H.; FACCO, G. G.; ANDRADE, L. P. de; OLIVEIRA, A. K. M. de. **As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Formação do Enfermeiro em Instituições de Ensino Superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 33–43, 2023. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n1p33-43.

LOAN, Lori A.; PARNELL, Terri Ann; STICHLER, Jaynelle F.; BOYLE, Diane K.; ALLEN, Patricia; VANFOSSON, Christopher A.; BARTON, Amy J.. Call for action**: Nurses must play a critical role to enhance health literacy**. Nursing Outlook, v.66, n.1, p.97-100, 2018.

MANUAL REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA INTEGRATIVA: **a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação; 2014.

MARTINS, Ana Caroline Pereira; VIEIRA, Maria Aparecida; LIMA, Cassio de Almeida; DOMENICO, Edvane Birelo Lopes de. **National curriculum guidelines for the nursing graduation course: implications and challenges**. Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online, n.12, p. 1099-1104, 2020.

MARTINS, Priscila Gomes et al. Popular knowledge and use of integrative and complementary practices at the perspective of nurse. Journal of Nursing and Health, v.11, n.2, p. e2111219495,

2021.Disponívelem:https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19495. Acesso em: 17 out. 2023.

MATTIA, B. J., KLEBA, M. E., PRADO, M. L. (2018). **Formação em enfermagem e a prática profissional: uma revisão integrativa da literatura.** Revista Brasileira de Enfermagem, 71(4), 2039-2049.
MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M.. Revisão integrativa: **método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758–764, out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/abstract/?lang=pt#. Acesso em 04 abr. 2024.

MINAYO, M. C. D. S. et al. **Pesquisa social_teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora vozes, 2022. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Resolução CNE/CES nº3 de 07 de novembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf. Acesso em 15 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria n° 702, de 21 de março de 2018. **Inclui a Apiterapia, Aromoterapia, Bioenergética, Constelação Familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**. Brasília; 2017. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

MOREIRA, Maria Pantoja M Maria; Marcos Valério Santos da Silva, Luann Wendel Pereira de Sena. **Caracterização das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária a Saúde no Estado do Pará** | Revista Eletrônica Acervo Saúde. 25 de março de 2021.Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/ view/6792. Acesso em: 10 out. 2023.

N. A. Queiroz; BARBOSA, DUARTE. **Uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde por profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 33, e33037, 2023.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al. **Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 16, p. 751-772, 2018.

OLIVEIRA, Tatiane Alves et al. **Ensino das Práticas Integrativas e Complementares nos cursos de enfermagem do Estado de São Paulo**. Nursing (São Paulo), v. 23, n. 266, p. 4392-4401, 2020.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS I**. Enfermagem: história de uma profissão**. 3. ed. – São Caetano do Sul, SP: *Difusão Editora, 2020*.

PINTO, L. F.; GIOVANELLA, L. **Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB)**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1903-1913, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413- 81232018236.05592018. Acesso em: 13 out, 2023.
R.; VIEIRA, S. C. H.; FACCO, G. G.; ANDRADE, L. P. de; OLIVEIRA, A. K. M. de. **As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Formação do Enfermeiro em Instituições de Ensino Superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 33–43, 2023. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n1p33-43.

ROCHA, Erika Maria Sampaio et al. **Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia**. Revista Docência do Ensino Superior, v. 12, p. 1-21, 2022.

RUELA, L. O. **Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 11, p. 4239- 4250, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413812320182411.06132018. Acesso em: 12 out. 2023.

SANTOS MF, MARTINS FILHO IEM. **A inserção das Práticas Integrativas e Complementares no Brasil e apoio da gestão no âmbito da Atenção Básica**. Rev Pró-UniverSUS. 2023; 14(2) Suplemento;66-72.

SANTOS, ALMEIDA, et al. **IDENTIDADE PROFISSIONAL DA ENFERMEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**. Rev. baiana enferm. (2019); 33:e29003.

SANTOS, Thaiane Santana et al. **Ensino das práticas integrativas e complementares em saúde na enfermagem**. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, p. e3111225336-e3111225336, 2022.

SILVA, Pedro Henrique Brito da et al. **Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 399-408, 2021.

SILVA. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 59-72, 2022.

SMANIOTTO, S. et al. **Conhecimento de fisioterapeutas quanto às práticas integrativas e complementares**. FisiSenectus, v. 7, n. 1, p. 34-48, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22298/ rfs.2019.v7.n1.5037. Acesso em: 10 out. 2023.

SOARES, D. P., Coelho; A. M., Silva, L. E. A., Silva; R. J. R., Figueiredo, C. R., & Fernandes, M. C. (2019). Política nacional de práticas integrativas e complementares em saúde: discurso dos Enfermeiros da atenção básica. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro, 9(e3265). Doi: http://dx.doi.org/10.19175/recom.v9i0.3265.

SOARES, Oliveira Pinho; Aline Sampieri Tonello. **Diagnóstico situacional das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde do Maranhão**. RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 126, P. 749-761, JUL-SET 2020.

SOUSA, Leandra Andréia de et al. **Terapias complementares na educação, extensão comunitária e pesquisa em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20200449, 2021.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. **Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira**. Saúde debate, v. 42, n. 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s112. Acesso em: 12 out. 2023.

VALADARES, C.; BERALDO, N. **Portal Ministério da Saúde [ONLINE]**. No Maranhão, 96 municípios utilizam práticas integrativas no tratamento de pacientes do SUS. 15 mar. 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/42806-nomaranhao-96-municipios-utilizam-praticas-integrativas-no-tratamento-de-pacientes-do-sus>. Acesso em: 12 out. 2023.

VALLIM ETA, ACB; Coelho RCFP, Guimarães PRB, Felix JVC, Kalinke LP. **Auricular acupressure in the quality of life of women with breast cancer: a randomized clinical trial**. Rev. esc. enferm. USP. 2019; 53: e03525. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/ s1980-220x2018043603525.

VIEIRA, Ana Beatriz Duarte et al. **As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde como um caminho para a sensibilização e formação de acadêmicos da saúde**: relato de experiência. VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde, v. 30, n. 1, p. 137-143, 2018.

VIEIRA, W. et al. **Demanda de atendimento em práticas integrativas e complementares por usuários da Atenção Básica e fatores associado**. Rev. APS. 2018; out./dez.; 21 (4): 551 – 569.

XIMENES Neto FR, Lopes Neto D, Cunha IC, Ribeiro MA, Freire NP, Kalinowski CE, et al. **Reflexões sobre a formação em Enfermagem no Brasil a partir da regulamentação do Sistema Único de Saúde**. Ciênc. Saúde Coletiva. 2019;25(1):37-46.

APÊNDICE

MODELO DO FORMULÁRIO

Título	
Autores	
Ano	
Metodologia	
Objetivos	
Resultados	
Conclusão	
Periódico	